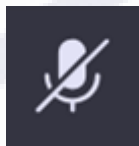


Série de Webinars Países Africanos Lusófonos



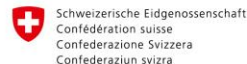
Webinar 1 “Fundamentos do ABS”

Silencie seu microfone e desligue sua câmera



MS Teams, 25.02.2021

The ABS Initiative is funded by



Swiss Confederation

Federal Department of Economic Affairs,
Education and Research EAER
State Secretariat for Economic Affairs SECO

and implemented by



Série de Webinars Países Africanos Lusófonos

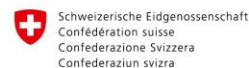
Webinar 1 “Fundamentos do ABS”

ANÚNCIOS

Nadine Girard, ABS Capacity Development Initiative
Webinar 1 “Fundamentos do ABS”

MS Teams, 25.02.2021

The ABS Initiative is funded by



Swiss Confederation

Federal Department of Economic Affairs,
Education and Research EAER
State Secretariat for Economic Affairs SECO

and implemented by

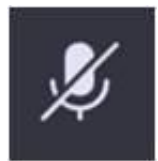


Informações práticas

- Um relatório resumirá as discussões anonimamente e será encaminhado a toda(o)s, posteriormente.



Dicas para uma grande experiência na reunião



- Por favor, **silencie** seus microfones e **desligue** suas câmeras
- Os comentários por áudio se darão durante a seção de P/R, após as apresentações



- Se você quiser fazer uma pergunta ou um comentário, por favor levante sua mão virtual ou digite sua pergunta no bate-papo



- Se o moderador lhe der a palavra, por favor, **ative** seu microfone, **ligue** sua câmera e faça uma pergunta precisa / faça um comentário

Contexto do webinar

- COVID-19 > adiamento das atividades nacionais e regionais
- Série de Webinars Lusófonos



1. 25 de Fevereiro, “Fundamentos do ABS”

2. 27 de Maio, “Opções de implementação”

3. 26 de Agosto, „Experiências Nacionais”

4. 25 de Novembro, “Contratos de ABS”.

- 1º trimestre de 2022, oficina presencial se a situação do COVID permitir

Série de Webinars Lusófonos

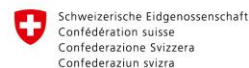
Webinar 1

“Fundamentos do ABS”

Instrumentos internacionais, responsabilidades e engajamento de interessados

Henry de Novion, ABS Capacity Development Initiative
Webinar 1 “Fundamentos do ABS”

The ABS Initiative is funded by



Swiss Confederation

Federal Department of Economic Affairs,
Education and Research EAER
State Secretariat for Economic Affairs SECO

and implemented by



Webinar 1 - TEMAS



Visão geral dos Instrumentos

1. O Convênio sobre Diversidade Biológica - CDB
2. O Protocolo de Nagoya Protocol sobre ABS;
3. Diretrizes de ABS da União Africana

Visão geral das Responsabilidades

1. O que faz uma Parte?
2. O que faz um Ponto Focal Nacional?
3. O que faz uma Autoridade Nacional Competente?

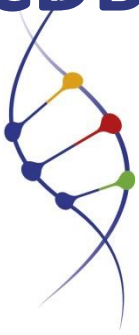
Engajamento de Interessados

Fontes de consulta: <https://www.cbd.int> & <http://www.abs-initiative.info/>

A Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB

Cúpula da Terra

Conferência das Nações Unidas
sobre Meio Ambiente e
Desenvolvimento



Objetivos da CDB

1. A Conservação da
Diversidade Biológica



2 O Uso sustentável de
seus componentes

3. A repartição justa e
eqüitativa dos benefícios
decorrentes da utilização
dos recursos genéticos

A Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB

Mas o que é ABS afinal?

- Como os recursos genéticos podem ser acessados
- Como os usuários e provedores chegam a um acordo sobre a partilha de benefícios que podem resultar de seu uso

Artigo 15 da CDB estabelece que os governos devem:

- Criar sistemas nacionais que facilitem o acesso para fins ambientalmente saudáveis
- Acesso sujeito a PIC e MAT
- Garantir que os benefícios resultantes de seu uso sejam compartilhados de forma justa e equitativa entre usuários e fornecedores.



Usuários, fornecedores, interesses e responsabilidades



Os **usuários** buscam acesso a recursos genéticos para:
Pesquisa científica & Desenvolvimento de produtos comerciais

Fornecedores de recursos genéticos concedem acesso:
Em troca de uma parte dos benefícios que resultam de seu uso

Os **usuários** que buscam acesso ao RG devem:

Obter permissão de acesso do provedor (PIC) através de:

- Um processo ativo resultando em um documento (CMR)
- Uma notificação do usuário (ZAF)
- Uma renúncia, permitindo que o usuário se envolva diretamente nas negociações de MAT (KEN)



Tanto o **provedor** quanto o **usuário** devem:

- Negociar um acordo para compartilhar os benefícios resultantes (conhecidos como termos mutuamente acordados ou MAT)

O Protocolo de Nagoya sobre ABS

2010 - CBD/ COP 10 – Adoção

2014 – Entrada em vigor (MOP/MOP-1)

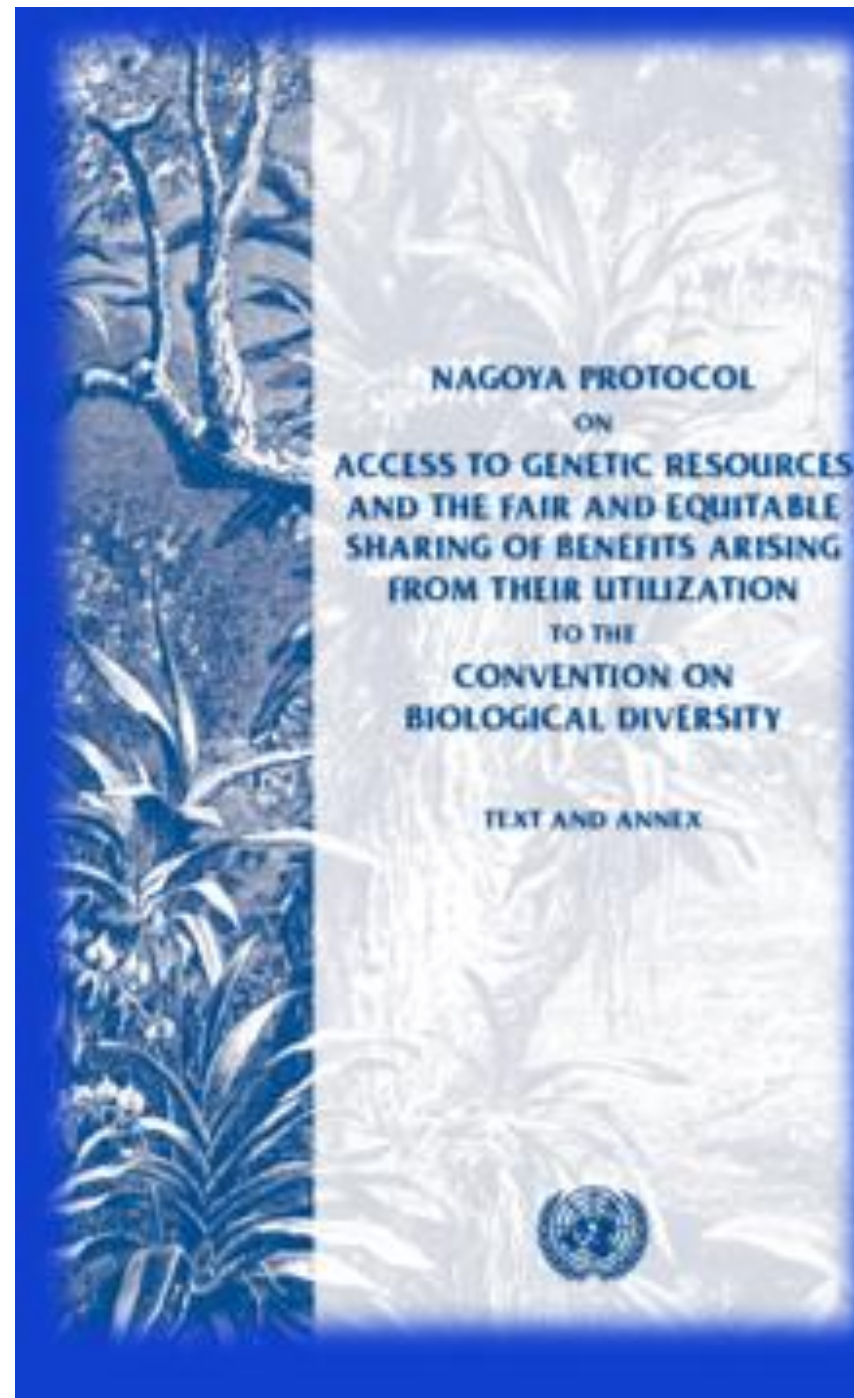
3º Objetivo da CDB

Visa repartir os benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos de forma justa e equitativa;

Consiste em 3 pilares:

- (I) Conformidade/cumprimento;
- (ii) Acesso a RG e CTA; e
- (iii) Partilha de Benefícios - BS.

É um elemento-chave na estrutura global para o desenvolvimento sustentável.



O Protocolo de Nagoya sobre ABS

Segurança jurídica e transparência para usuários e fornecedores

Fornece **mecanismos e medidas** que ajudam a:

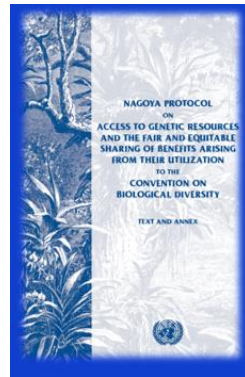
- Criar condições previsíveis de acesso;
- Garantir a repartição adequada de benefícios

Fornece mecanismos **de apoio** para **monitorar e garantir**:

- A conformidade das partes interessadas com os MAT
- A observância das medidas regulatórias nacionais de ABS.

Estabelece mecanismos **de conformidade** com dois objetivos:

- prevenir a apropriação indébita de RG e CTAs; e
- garantir que os acordos de repartição de benefícios sejam realmente cumpridos.



O Protocolo de Nagoya sobre ABS

Mecanismos de apoio a implementação incluem:

- A designação de **pontos focais** nacionais e de **autoridades** nacionais competentes (pontos de contato)
- Um **Centro de Intercâmbio de Informação** sobre ABS (ABS Clearing house/ABS-CH), (plataforma virtual na Web)

• Melhoramento das Capacidades

Capacitação para a implementação

- Elaborar leis nacionais sobre ABS para a implementação do PN.
- Negociar Termos - MAT
- Desenvolver capacidade de pesquisa científica
- **Conscientização** e o **intercâmbio** de experiências e informações
- **Transferência de tecnologia,**
- **Apoio com recursos específicos (FMAM / GEF).**

25.02.2021

Lusophone Africa



Centro de Intercâmbio de Informação sobre ABS – ABSCH

O que a ABS Clearing-House faz?

Função principal do ABS - CH:

- Criação do **IRCC** - Certificado de conformidade reconhecido internacionalmente; e
- **Comunicação** entre pontos de verificação em países usuários com ANC em países fornecedores.



ABSCH-IRCC-FR-243217-2
Internationally recognized certificate of compliance constituted from information on the permit or its equivalent made available to the Access and Benefit-sharing Clearing-House

In accordance with Article 17, paragraph 2, of the Nagoya Protocol on Access and Benefit-sharing, a permit or its equivalent issued in accordance with Article 6, paragraph 3 (e) and made available to the Access and Benefit-sharing Clearing-House, shall constitute an internationally recognized certificate of compliance.

General Information

Issuing country

FRANCE

Verification link (view latest version)

<https://absch.cbd.int/database/ABSCH-IRCC-FR-243217>

ABS-CH Unique Identifier (UID)

ABSCH-IRCC-FR-243217-2





3. As Diretrizes da União Africana



**African Union
Practical Guidelines**

**for the Coordinated Implementation of the
Nagoya Protocol in Africa**

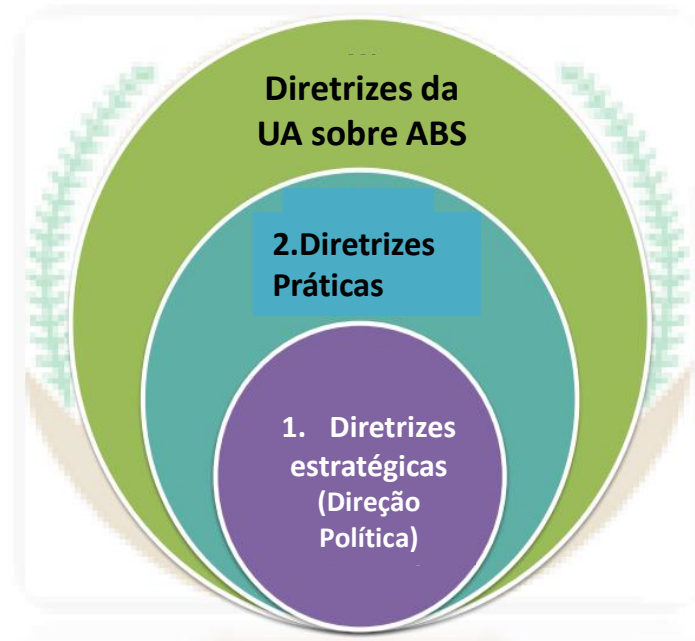
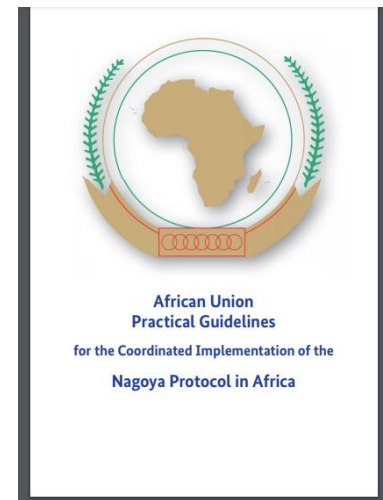
Fonte:
http://www.abs-initiative.info/fileadmin/media/Knowledge_Center/Publications/African_Union_Guidelines/AU_Strategic_Guidelines_On_ABS_-_20150215.pdf

3. As Diretrizes da União Africana

Adotada pela 25ª Sessão Ordinária da Assembleia da União Africana
(8-15 de junho de 2015, África do Sul)

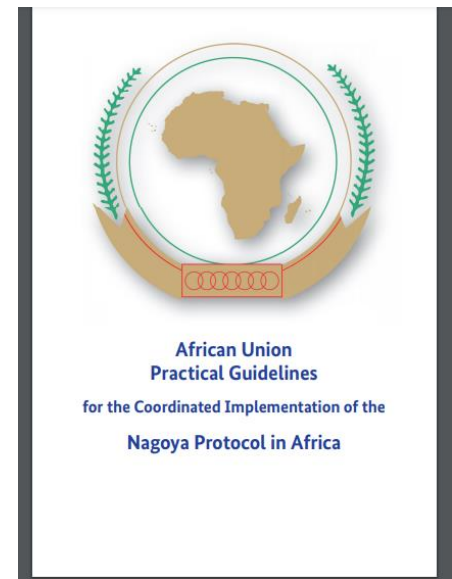
As Diretrizes são compostas por dois documentos que orientam o **passo a passo** dos países africanos na implementação do Protocolo de Nagoya.

- 1. Quadro de Política** da União Africana para a Implementação Coordenada do PN;
- 2. Diretrizes Práticas** da União Africana para a Implementação Coordenada do PN na África



Objetivos Gerais e Principais Características

- Orientação política e estratégica para apoiar a implementação na África;
- Coordenação e cooperação;
- Orientações práticas implementadas de forma coordenada;
- Apoio aos objetivos e estratégias regionais
- Promoção da conservação e do uso sustentável do capital natural e humano, incluindo os direitos dos PICLs;
- Estabelecimento de Padrões comuns de ABS para a África



Diretrizes da UA: Conteúdo do Marco de Política



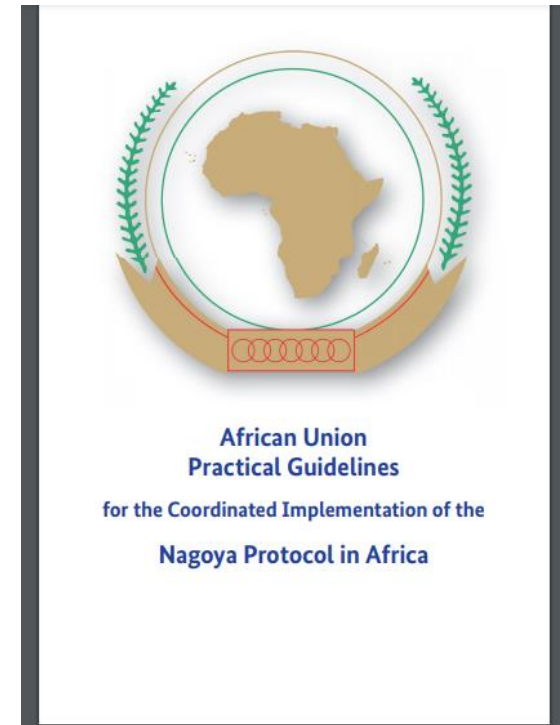
Objetivo: orientação **Política e Estratégica** para a **implementação coordenada** do Protocolo na África

Uso de termos - principais definições, termos, interpretação



Abordagem coordenada:

- Procedimentos de ABS, conscientização e compartilhamento de informações
- Acesso para utilização
- Partilha de benefícios
- Monitoramento e conformidade
- Proteção e promoção dos CTA, direitos de agricultores e PICL, e do desenvolvimento econômico;
- Capacitação e transferência de tecnologia



Diretrizes Práticas e seus Anexos



- Diretrizes - passo a passo que fornecem orientação técnica **detalhada** e considerações **básicas**

- Direcionado aos Pontos Focais e outras partes interessadas envolvidas no desenvolvimento e implementação de sistemas ABS em níveis nacional e local

- Os anexos incluem:

- modelo de **formulário de pedido de autorização** de uso de RG/CTA

- esboço de um **acordo básico** de ABS

- comentários sobre os principais elementos de um acordo ABS completo

- princípios básicos para o envolvimento da comunidade em ABS

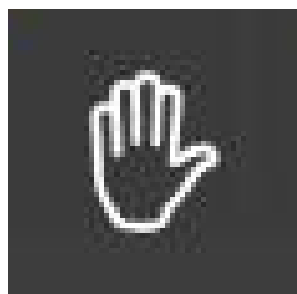
25.02.2021

The image shows a form titled 'Model Form' for the request of authorization of use of RG/CTA. It is divided into two main sections: 'General' and 'Form'. The 'General' section contains three numbered paragraphs (26, 27, 28, 29) regarding the agreement's terms. The 'Form' section contains five numbered questions with corresponding input fields: 1. NAME OF INSTITUTION OR BODY (Name); 2. IS THE LEGAL PERSON REGISTERED OR ESTABLISHED IN (insert country?) (Yes/No); 3. IF YES, PROVIDE THE (insert country) REGISTRATION NUMBER OR ESTABLISHMENT DETAILS OF THE LEGAL PERSON (Registration Number); 4. IF NOT, IN WHICH COUNTRY IS THE LEGAL PERSON REGISTERED? PROVIDE THE REFERENCE NUMBER (Country, Type of registration, Reference Number); 5. CONTACT DETAILS OF THE LEGAL PERSON (Name, Tel No., Fax No., E-mail, Postal Address, Physical Address). To the right of the form, there are fields for 'As witness' (Print Name, Title, Date) and 'Authorized Signature' (Print Name, Title, Date).

Vamos ao debate...



Perguntas e Respostas da seção 1



- Levante a mão virtual ou use a função de bate-papo para compartilhar ideias

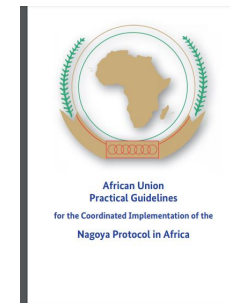
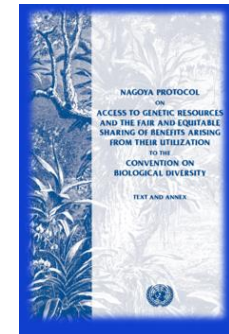
....

Visão geral das responsabilidades

O que faz uma Parte?

A. Parte da CDB?

B. Parte do Protocolo de Nagoya



Visão geral das responsabilidades - CDB



REPUBLIC OF MOZAMBIQUE

MINISTRY FOR THE COORDINATION OF ENVIRONMENTAL AFFAIRS

Implementar a CDB, suas provisões e estruturas em nível nacional.



- EPANB - Estratégia Nacional e Plano de Ação em Biodiversidade
- Informes Nacionais;
- Perfil do país no Clearing-House da CDB etc

Internalizar os postulados sobre ABS da CDB:

- Adotar Medidas nacionais, incluindo:
 - Estratégias,
 - Políticas,
 - legislação,
 - regulamentos e
 - códigos de conduta regionais



REPUBLIC OF GUINEA-BISSAU
SECRETARY OF STATE FOR ENVIRONMENT AND TOURISM



Visão geral das responsabilidades - CDB



As medidas nacionais devem incluir Informações e procedimentos relevantes

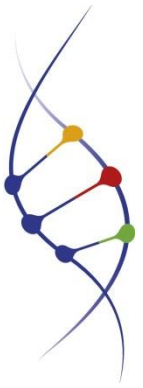
- Quem é a ANC que concede acesso e a quais recursos genéticos?
- De quem e Como obter o Consentimento - PIC?
- O que incluir nos termos MAT entre usuários e provedores?

A implementação nacional do ABS/CDB depende

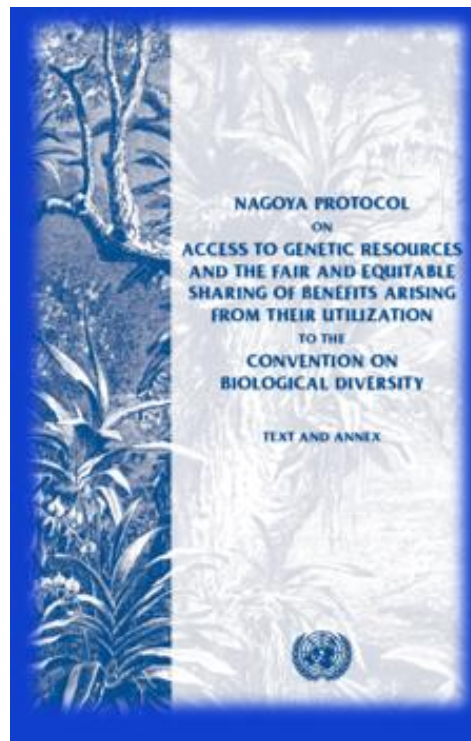
- Ponto Focal Nacional de ABS (além do Ponto focal Principal da CDB)
- Autoridade (s) Nacional (is) Competente em ABS
- Adoção de medidas que:
 - facilitem o acesso
 - garantam a repartição dos benefícios
 - sejam claras, previsíveis e fáceis de usar; e
 - detalhem informações e procedimentos relevantes para os usuários;

Adoção de medidas nacionais de ABS fortalecem a segurança jurídica internacional e a implementação eficiente de Nagoya

Visão geral das responsabilidades



O que faz uma Parte do Protocolo de Nagoya?



Implementação Nacional do Protocolo de Nagoya

Disposições principais do ABS

O PN prevê a obrigação de:

- estabelecer pontos focais nacionais **específicos** de ABS
- designar um ou mais **Autoridades** Nacionais competentes
- definir **Checkpoints** - pontos de verificação nacionais para controlar o uso de RG, inclusive o proveniente de países estrangeiros que estão sendo utilizados internamente.
- fornecer informações de contato sobre Pontos Focais Nacionais e Autoridades para a Secretaria da CDB



Implementação Nacional do Protocolo de Nagoya

Disposições sobre acesso

Medidas de acesso em nível doméstico devem:

- Criar **segurança** jurídica, clareza e transparência
- Fornecer regras e procedimentos **justos** e não arbitrários
- Estabelecer regras e procedimentos **claros** para PIC e MAT
- Promover e estimular **pesquisas** relevantes para a biodiversidade
- Casos de emergências a **saúde** humana, animal ou vegetal
- Considerar a alimentação, a **agricultura** e a segurança alimentar



Implementação Nacional do Protocolo de Nagoya

Disposições sobre Partilha de Benefícios - BS

As medidas de partilha de benefícios devem:

- Prever a partilha justa e eqüitativa dos benefícios decorrentes da utilização do RG, bem como das aplicações e comercialização posteriores, com a parte contratante fornecedora do RG.

Certificar de que a partilha de benefícios está sujeita ao MAT.

Os benefícios podem ser monetários ou não monetários



Implementação Nacional do Protocolo de Nagoya

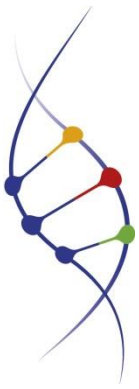
Disposições sobre Conformidade

As Partes do Protocolo de Nagoya deverão:

- Assegurar que os RG foram utilizados/obtidos em conformidade com o PIC/MAT;
- Monitorar a utilização dos RG em seu território;
- Designar Checkpoints eficazes;
- Emitir certificado - IRCC;
- Prever medidas para situações de não conformidade;
- Cooperar em casos de alegada violação dos requisitos;
- Incentivar a resolução de disputas em termos MATs;
- Assegurar o direito ao recurso em caso de controvérsias;
- Facilitar o acesso à justiça;



Visão geral das responsabilidades



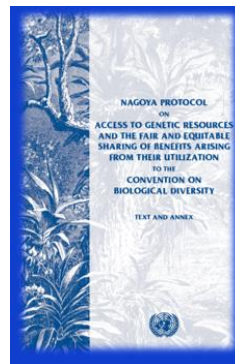
2. O que faz um Ponto Focal Nacional?

3. O que faz a Autoridade Nacional Competente?

Fontes:

<https://www.cbd.int/doc/training/nbsap/a2-train-role-nfp-v2-2009-02-en.pdf>

https://www.iucn.org/sites/dev/files/import/downloads/short_paper_on_art__13.pdf



Visão geral das responsabilidades

São referência e motivadores do ABS

Organizam o processo de elaboração e implementação das medidas nacionais de ABS:

- Processo de múltiplas partes interessadas,
- Visão nacional em relação ao ABS;
- Estrutura de ABS – um modelo nacional;



Contato com o Secretariado, responsável por:

- Comunicações e disseminação de informações,
- Representação,
- Identificação de especialistas;



- Responder solicitações;
- Colaborar com pontos focais nacionais em outros países;
- Monitorar, promover e / ou facilitar a implementação;

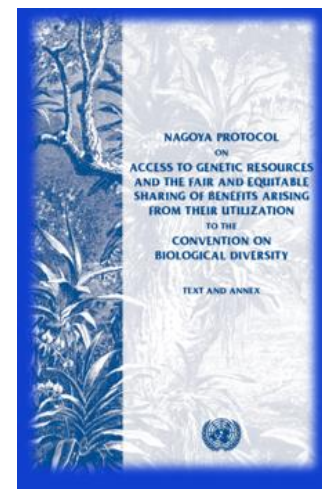


2. O que faz um Ponto Focal Nacional de NAGOYA?

Art. 13 - obrigação de estabelecer Pontos Focais Nacionais específicos para o Protocolo.

O Ponto Focal de Nagoya é responsável por:

- fazer a **Ligação com o Secretariado** em nome da Parte;
- Fornecer **informações** sobre:
 - Procedimentos aplicáveis para obtenção de PICs e estabelecimento de MATs, inclusive de PICLs.
 - Autoridades nacionais competentes, PICLs e demais partes interessadas relevantes
- Implementar **medidas nacionais de ABS** conforme o PN
 - Uma única entidade pode ser designada para cumprir as funções de PFN e ANC (opções de implementação)





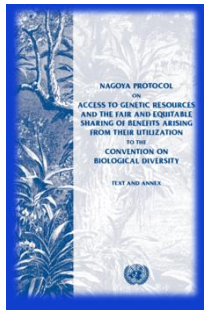
3. O que faz a Autoridade Nacional Competente?



As Autoridades Nacionais Competentes são responsáveis por:

- **conceder** acesso aos usuários de RG
- emitir evidências por escrito de que os requisitos de acesso foram atendidos (**IRCC**);
- aconselhar sobre os procedimentos e **requisitos aplicáveis** para obter PIC e celebrar MATs;
- Monitorar e avaliar **contratos** de ABS - nacionais e internacionais
- **Representar** provedores em nível local ou nacional.

Medidas de implementação nacional estabelecem como os Autoridades funcionam em um determinado país.



Opções de implementação nacional

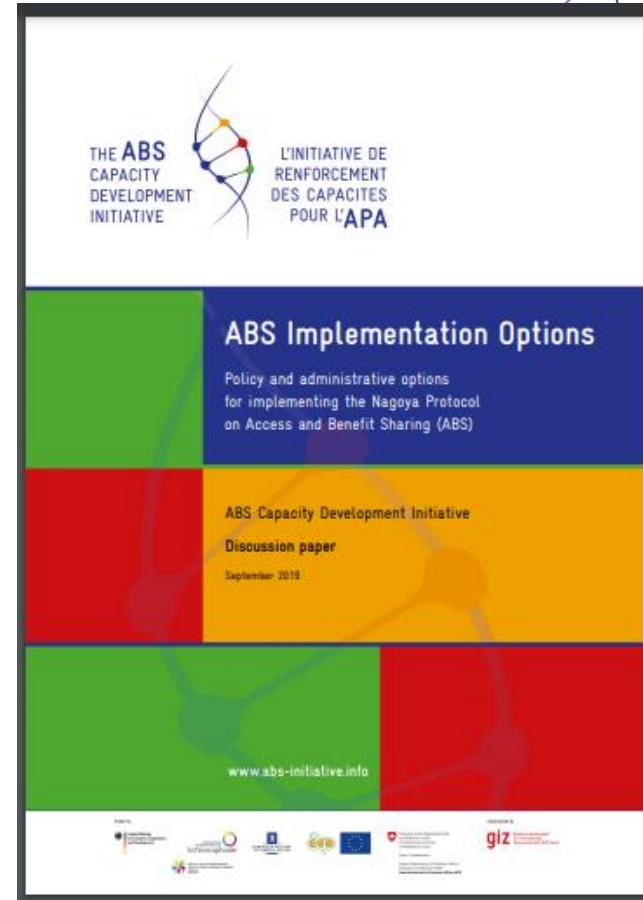


Existem muitas opções diferentes de transformar o PN em prática nacional - opções de implementação do ABS.

Não existe um modelo “tamanho único”.

As partes precisam definir sua abordagem estratégica geral para o ABS para fornecer orientação adequada aos especialistas técnicos e jurídicos na elaboração de medidas de ABS.

25.02.2021



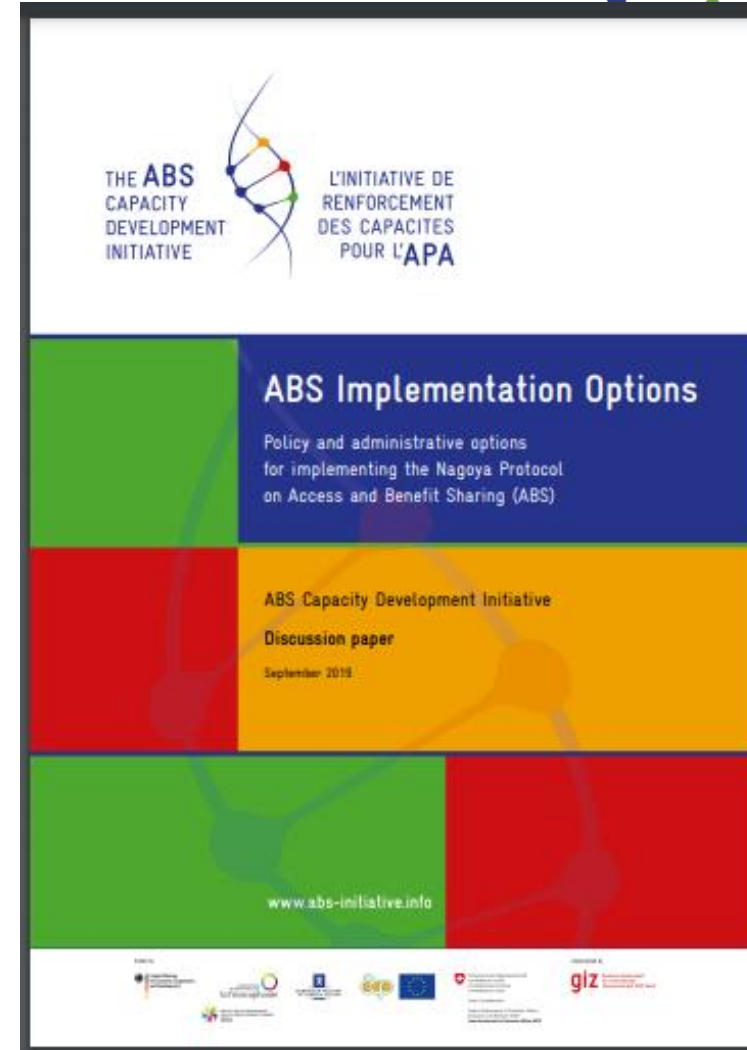
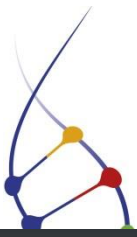
Lusophone African countries Webinar Series

Opções de implementação nacional

Existem vantagens e desvantagens em todas as opções

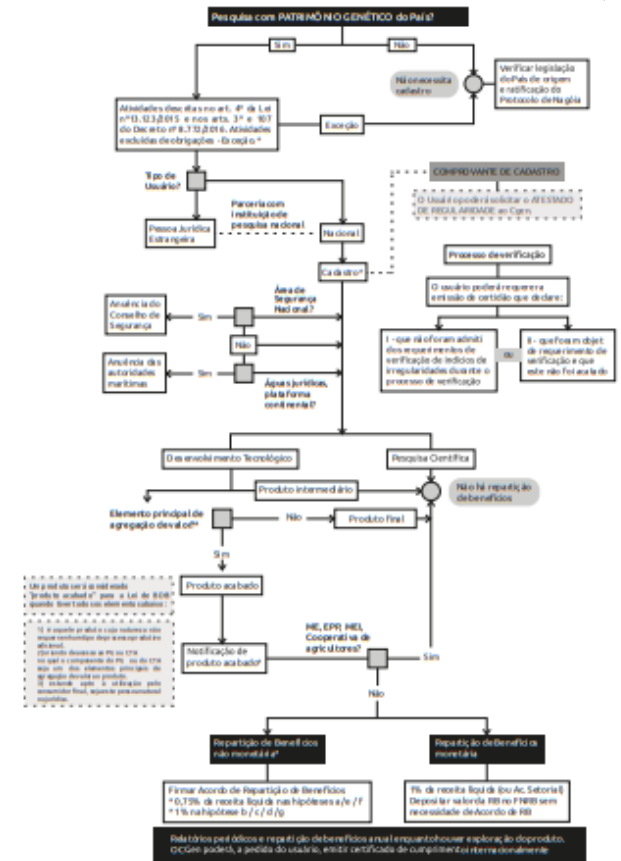
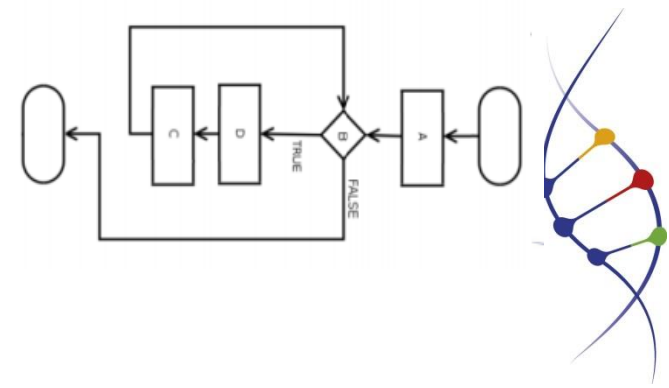
- Abordagem orientada para o mercado ou para a proteção?
- Sistema de licenciamento centralizado ou descentralizado?
- Acesso facilitado ou não?

O **envolvimento** das partes interessadas e a liderança do PF são essenciais **para decidir** qual opção se adapta **melhor** às circunstâncias nacionais.



Opções de visualização

- “Visão” nacional de ABS pode ajudar as partes interessadas a decidir quais opções de implementação adotar.
- Visualizações/fluxogramas descrevem sistemas/procedimentos ABS
- Ajudam a canalizar a discussão teórica em um entendimento comum;
- Uma ferramenta para envolver as partes interessadas no ABS
- Possibilita obter rapidamente uma visão geral de um sistema nacional de ABS



Envolvimento das partes interessadas



O envolvimento das partes interessadas é provavelmente a parte mais **importante** do trabalho de um Ponto Focal;

Envolver as partes interessadas no processo de elaboração e implementação das leis **aumenta o compromisso** desses atores com a visão e o modelo nacional para o ABS - também **aumentando a viabilidade de sua implementação.**



Envolvimento das Partes Interessadas proporciona:

- Maior aderência das medidas nacionais à realidade:
- Maior chance da aprovação/implementação das medidas;
- O atendimento de expectativas
- Maior compromisso com a visão nacional e seus objetivos

25.02.2021



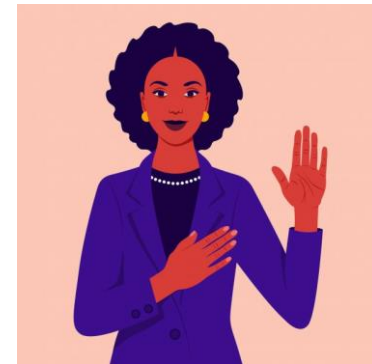
Lusophone African countries Webinar Series

Envolvimento das Partes Interessadas - EPI



Visa:

- habilitar e garantir a participação e cooperação adequadas;
- permitir o **comprometimento** e a **observância** de todas as partes interessadas relevantes



Quando engajar e como?

Assimetria de interesses, de relevância e de forma

EPI pode incluir:

- Identificação de partes interessadas **relevantes**
- Criação de **consciência** sobre ABS
- **Esclarecer** funções e responsabilidades
- Desenvolver canais de **comunicação**
- Desenvolvimento de **planos**
- Identificar as partes interessadas **estratégicas** e suas diferentes **funções**



Riscos sem um processo de múltiplas partes interessadas



O sistema ABS pode não funcionar para todos:

- Os detalhes podem ser **esquecidos**;
- Aqueles que foram deixados de fora podem **bloquear** o processo no futuro



A **falta de propriedade** das partes interessadas envolvidas pode **dificultar** a implementação



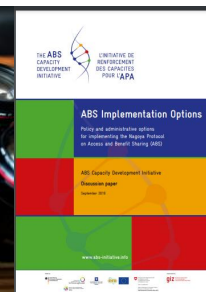
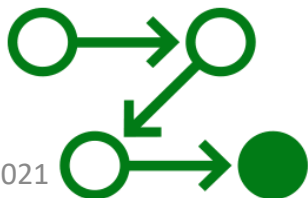
COMO COMEÇAR?

Sugestões:

- Identificação das partes interessadas
- Criação de uma plataforma nacional de ABS (em um formato ou outro)
- Desenvolva uma visão política com os tomadores de decisão
- Use as "Diretrizes da UA" e "Opções de implementação" para decidir com todas as partes interessadas qual a orientação geral para o seu sistema ABS
- Decida qual(is) os instrumentos/opções legais adotar para melhor atender a Visão Nacional sobre o ABS do seu país



25.02.2021



African countries Webinar Series

COMO COMEÇAR?

Sugestões (cont.)

- Elabore uma **visualização** com todas as partes interessadas sobre como o sistema ABS deve funcionar em seu país
- Use a visualização para escrever ToR para consultores nacionais para redigir os textos jurídicos necessários para traduzir a visão e a visualização em textos jurídicos
- Discuta e valide o texto com todas as partes interessadas
- Envie o texto para validação política
- Faça upload do texto no ABS-CH



Vamos ao debate...



Perguntas e Respostas da seção 2



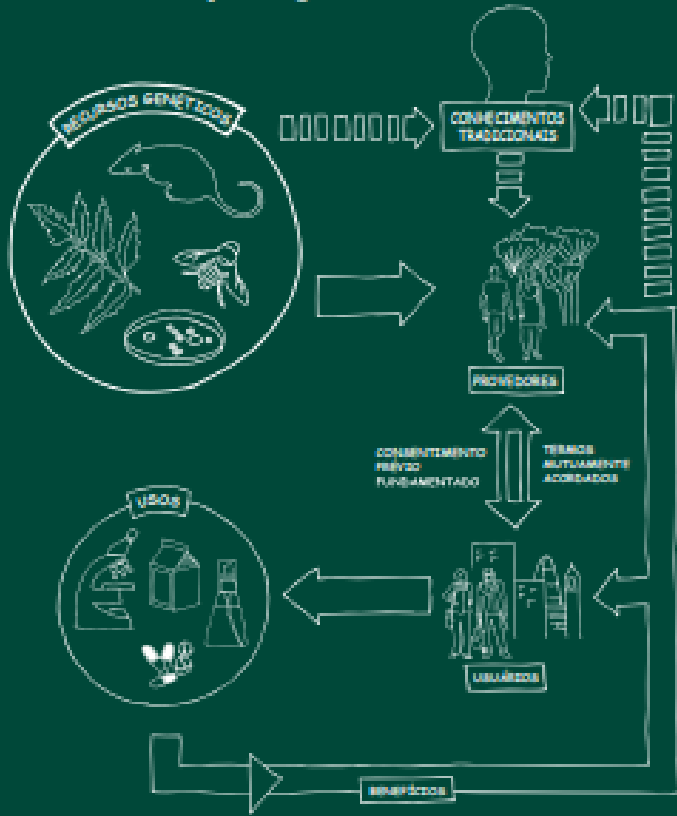
- Levante a mão virtual ou use a função de bate-papo para compartilhar ideias
....

Cartilha Informativa sobre ABS



Convenção sobre Diversidade Biológica: ABS

Cartilhas Informativas sobre Acesso e Repartição de Benefícios



Cartilhas da série ABS

Introdução a Acesso e Repartição de Benefícios
Acesso e Repartição de Benefícios
Uso dos Recursos Genéticos
Conhecimentos Tradicionais
As Diretrizes de Bonn
Implementação Nacional
O Protocolo de Nagoia



Comunicação Estratégica para ABS



Comunicação Estratégica para ABS - Guia conceitual e ferramentas para profissionais

- Guia sobre Comunicação Estratégica para Implementação de ABS. **(em português)**
- Consolida experiências e fornece mais conceitos e ferramentas para apoiar PFNs na comunicação eficaz e no engajamento das partes interessadas.

LINK -

http://www.abs-initiative.info/fileadmin/media/Knowledge_Center/Pulications/CEPA/Guide_-_Strategic_Communication_ABS_-_ABS_Initiative_-_PT_-_201601.pdf

As partes precisam fazer uma série de escolhas para que o sistema ABS se adapte às suas próprias circunstâncias

Opções de implementação de ABS

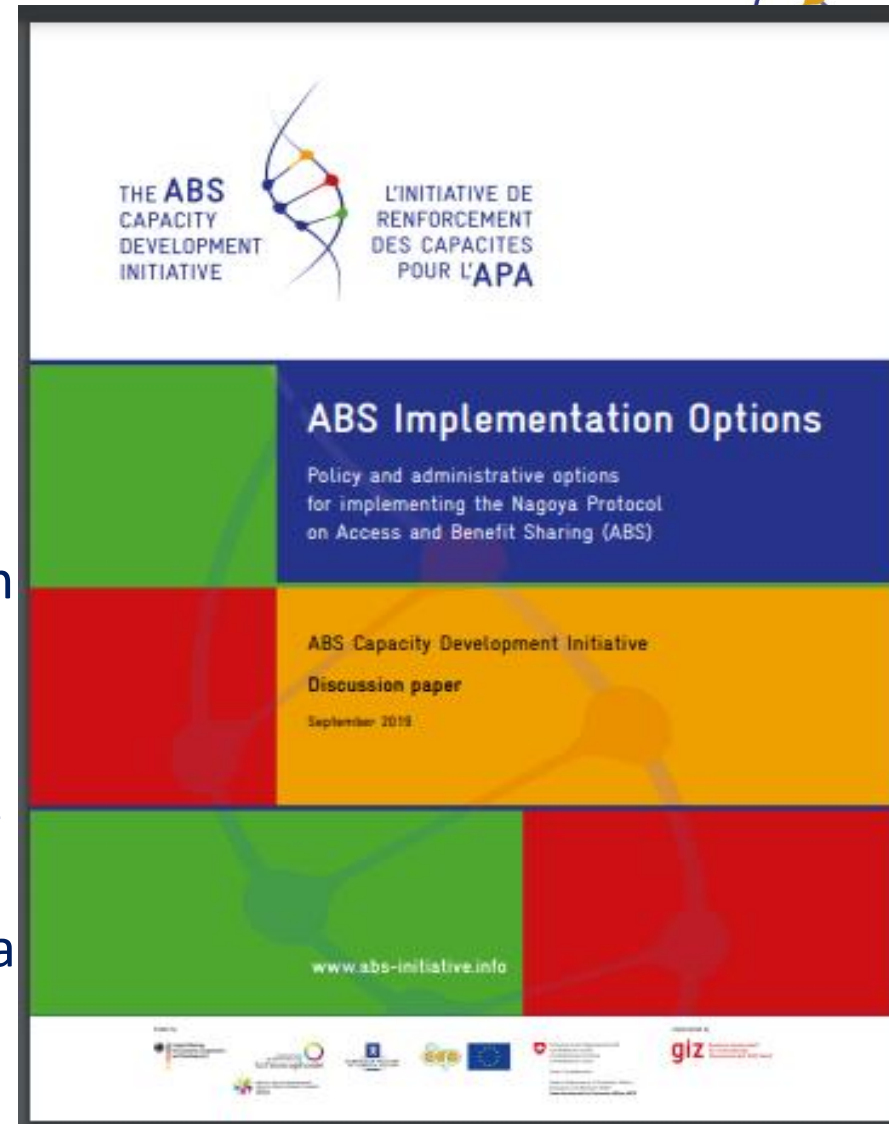
Opções políticas e administrativas para a implementação do Protocolo de Nagoya

ESTE GUIA:

Discute algumas das escolhas (opções)

Aborda questões que geralmente surgem através do envolvimento das partes interessadas

Pode ajudar os formuladores de políticas a iniciar discussões multilaterais e participativas sobre questões-chave, para moldar uma visão nacional do sistema ABS a ser desenvolvido ou revisado.



LINK:

http://www.abs-initiative.info/fileadmin/media/Knowledge_Center/Publications/Implementation_Options/Collection_-_Implementation_Options_-_ABS-I_-_201909.pdf

Encaminhamentos



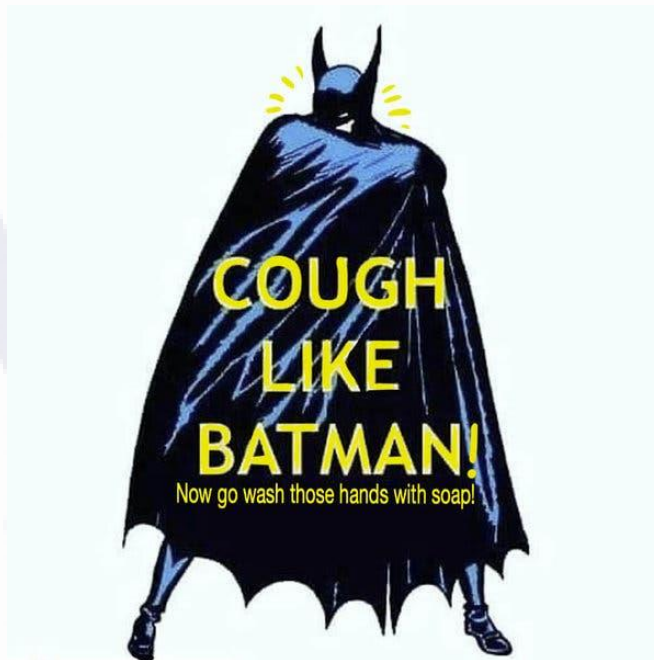
- Um relatório escrito será elaborado e distribuído
- Próximo webinar:

27 de Maio, “Opções de implementação”

- **Instrumentos de ABS (opções);**
 - **Consentimento prévio e informado - PIC;**
 - **Termos Mutuamente Acordados - MAT;**
- Enquanto isso: não hesite em entrar em contato com perguntas adicionais

Obrigado pela sua atenção!

Até o próximo webinar e, enquanto isso, por favor: Tussa como o Batman!



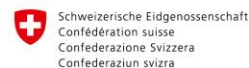
www.abs-initiative.info

novionh@gmail.com
nadine.girard@giz.de

The ABS Initiative is funded by



and implemented by



Swiss Confederation

Federal Department of Economic Affairs,
Education and Research EAER
State Secretariat for Economic Affairs SECO

